

Biotick Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico S/A

CNPJ/MF nº 12.700.970/0001-89

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)				Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)				Demonstrações do Fluxo de Caixa – Método Indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)							
Nota		2021	2020	Nota		2021	2020	Nota		2021	2020	Nota		2021	2020
		(não auditado)				(não auditado)				(não auditado)				(não auditado)	
Ativo Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa															
4	1.339.360	7.943													
5	1.105	2.267													
Total do ativo circulante															
1.340.465 10.210															
Ativo não circulante															
Parte relacionada															
6	6.000.000	124.396													
7	3.348.166	8.551.221													
Total do ativo não circulante															
9.348.166 8.675.617															
Total do Ativo															
10.688.631 8.685.827															
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.															
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)															
				Capital Social	Reserva de capital	Prejuízos Acumulados	Total								
				2021	2020	2021	2020								
				(não auditado)	(não auditado)	(não auditado)	(não auditado)								
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)				8.420.352		(1.420.746)	6.999.606								
Resultado do exercício						(106.697)	(106.697)								
Redução capital social				1.208.048			1.208.048								
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)				9.628.400		(1.527.443)	8.100.957								
Resultado do exercício						(519.737)	(519.737)								
Reserva de ágio				173.514	9.422.246		9.595.760								
Redução capital social – por cisão				(6.502.414)			(6.502.414)								
Saldos em 31 de dezembro de 2021				3.299.500	9.422.246	(2.047.180)	10.674.566								
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.															
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em reais)															
1. Contexto operacional – A Biotick Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico S/A , tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na avenida Santo Amaro, 1.047, conjunto 1007, 10º andar, Vila Nova Conceição, tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista. Efeitos da pandemia da Covid-19. Não é possível mensurar com precisão a extensão e duração dos efeitos ocasionados pela Covid-19, dada a dinâmica de expansão da pandemia e seu efeito em todas as áreas econômicas. Para as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou outros impactos relevantes decorrentes deste assunto. 1.1. Continuidade Operacional: Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 519.737, e os prejuízos acumulados totalizavam R\$ 2.047.180, com o intuito de melhorar a situação da Companhia, foram definidos os seguintes planos de ação: Negociação do Projeto Vacina Carrapato – Projeto Embrapa para as empresas do segmento farmacêutico veterinário onde poderão gerar recursos, pagamento de royalties sobre a comercialização do projeto para a Biotick. 2. Base de preparação – Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 em 13 de julho de 2022. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Uso de estimativa e julgamento: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a apresentação e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. 3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis – As seguintes políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros não são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) Custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. b) Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução de seu valor recuperável. c) Redução ao valor recuperável (impairment) i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis) Um ativo financeiro da Companhia não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontado à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em um conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. ii) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que não são as propriedades para investimento, estoques e imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano, na mesma época. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha sido aumentada, diminuída, ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. d) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) Receita financeira e despesa financeira: As despesas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. f) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos trimestralmente sobre bases de cálculo, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. g) Aspectos ambientais: As instalações de produção da Companhia estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais executando procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamentos de controle da poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas leis e regulamentos em vigor.															

Antonio dos Santos Maciel Neto – Sócio Administrador
Roberto Clapes Margall – Contador C.R.C. 121.960/0-6

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 22/12/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS



Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)		Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)		Demonstrações do Fluxo de Caixa – Método Indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)		
Ativo Circulante	Nota	2021	Nota	2021	2021	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4	333.360	12	(67.577)	Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Impostos a recuperar	-	50		(67.577)	Resultado do exercício			
Total do ativo circulante		333.410			Ajustes por:			
Ativo não circulante					Variação nos ativos e passivos			
Intangível	5	7.112.051			Impostos a recuperar	(50)		
Total do ativo não circulante		7.112.051			Fornecedores	1.750		
Total do Ativo		7.445.461			Salários, férias e encargos a pagar	859		
Passivo Circulante					Obrigações tributárias	4.720		
Fornecedores	6	1.750			Outras Contas	2.171		
Salários, férias e encargos a pagar	7	859			Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	9.450		
Obrigações Tributárias	8	4.720			Capital Social	6.502.500		
Total do passivo circulante		7.329			Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	6.502.500		
Passivo não circulante					Intangível	(7.112.051)		
Partes relacionadas	9	1.000.000			Parte relacionada	1.000.000		
Outros Créditos	-	2.171			Caixa proveniente das atividades de financiamento	(6.112.051)		
Total do Passivo não Circulante		1.002.171			Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	333.360		
Patrimônio Líquido								
Capital Social		6.502.500						
Prejuízos Acumulados		(66.539)						
Total do patrimônio líquido		6.435.961						
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		7.445.461						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em reais)

1. Contexto operacional – A Imunotick Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico S.A. tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, 1.047, conjunto 1008, 10º andar, Vila Nova Conceição. A empresa atua no ramo de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico de produtos, registro e comercialização de patentes de invenção e tem focado suas operações no ramo agropecuario e no desenvolvimento de novas vacinas contra as doenças e prejuízos causados pelo carrapato na pecuária nacional. **Efeitos da pandemia da Covid-19**: Não é possível mensurar com precisão a extensão e duração dos efeitos ocasionados pela Covid-19, dada a dinâmica de expansão da pandemia e seu efeito em todas as áreas econômicas. Para as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou outros impactos relevantes decorrentes deste assunto. **2. Base de preparação – Declaração de conformidade**: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 em 13 de julho de 2022. **Base de mensuração**: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação**: A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **Uso de estimativa e julgamento**: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a apresentação e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis que foram adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir. a) **Instrumentos financeiros**: Os instrumentos financeiros não são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) Custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. b) **Intangível**: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução de seu valor recuperável. c) **Redução ao valor recuperável (impairment)**: i) **Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**: Um ativo financeiro da Companhia não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontado à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em um conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. ii) **Ativos não financeiros**: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que não são as propriedades para investimento, estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano, na mesma época. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha sido aumentada, diminuída, ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. d) **Provisões**: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) **Receita financeira e despesa financeira**: As despesas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br





BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 22/12/2022

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)				Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Em reais)			
Ativo	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital reflexa	Prejuízos Acumulados	Total
Ativo Circulante			(não auditado)			(não auditado)	4.815.010	-	-	582.708	5.397.718
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.688.006	507.814	Despesas gerais e Administrativas	12 (166.164)	(195.345)	-	-	-	(331.937)	(331.937)
Impostos a recuperar	5	8.244	249	Resultado de equivalência Patrimonial	7 52.447	(136.249)	-	2.280.010	-	-	2.280.010
Total do ativo circulante		1.696.250	508.063		(113.717)	(331.594)	284.990	-	-	-	284.990
Ativo não circulante				Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	(113.717)	(331.594)	-	-	-	(938.264)	(938.264)
Parte relacionada	6	2.200.000	1.515.000	Despesas Financeiras	13 4.316	26	-	-	476.470	-	476.470
Intangível	7	9.067.599	8.696.621	Despesas Financeiras	13 (430)	(369)	-	-	-	(109.831)	(109.831)
Total do ativo não circulante		11.267.599	10.211.621	Resultado do exercício	(109.831)	(331.937)	-	-	-	-	(2.280.010)
Total do Ativo		12.963.849	10.719.684	As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			2.280.000	-	-	-	2.280.000
Passivo Circulante			(não auditado)	Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)			-	-	318.530	-	318.530
Fornecedores	8	509	537				-	-	-	-	-
Obrigações Tributárias	9	130	160				-	-	-	-	-
Total do passivo circulante		639	697	Resultado do exercício	(109.831)	(331.937)	-	-	-	-	-
Passivo não circulante				Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	6	6.000.000	3.550.000	Resultado abrangente do exercício	(109.831)	(331.937)	-	-	-	-	-
Total do Passivo não Circulante		6.000.000	3.550.000	As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido							-	-	-	-	-
Capital Social	11	7.380.000	5.100.000				-	-	-	-	-
Reserva de Capital reflexa		795.000	476.470				-	-	-	-	-
Adiantamento p/ futuro aumento de capital		-	2.280.010				-	-	-	-	-
Prejuízos Acumulados		(1.211.790)	(687.493)				-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		6.963.210	7.168.987				-	-	-	-	-
Total do Passivo/Patrimônio Líquido		12.963.849	10.719.684				-	-	-	-	-
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.							-	-	-	-	-

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em reais)

1. Contexto operacional – A NTA Agro Investimentos S.A. tem sede e foro na cidade de São Paulo-SP, na Av. Santo Amaro, 1.047, conjunto 1009, 10º andar, Vila Nova Conceição, tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista. **Efeitos da pandemia da Covid-19:** Não é possível mensurar com precisão a extensão e duração dos efeitos ocasionados pela Covid-19, dada a dinâmica de expansão da pandemia e seu efeito em todas as áreas econômicas. Para as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou outros impactos relevantes decorrentes deste assunto. **2. Base de preparação – Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aplicáveis às pequenas e médias empresas (PME), em especial a norma NBC TG 1000 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC PME (CPC PME-R1). A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 em 13 de julho de 2022. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a apresentação e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis** – As seguintes políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **a) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros não são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) Custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **b) Redução ao valor recuperável (impairment):** **i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro da Companhia não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontado à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em um conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que não são as propriedades para investimento, estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano, na mesma época. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha sido aumentada, diminuída, ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita financeira e despesa financeira:** As despesas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **e) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos trimestralmente sobre bases de cálculo, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Ativo	2021	2020 (não auditado)
Bancos em movimento	1.688.006	507.814
Total	1.688.006	507.814

Os saldos bancários compreendem os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia, além de recursos captados via operações bancárias no mercado, disponíveis para serem utilizados, conforme planejamento estratégico da Companhia.

5. Impostos a recuperar

Ativo	2021	2020 (não auditado)
IRRF a recuperar	2.010	60
Retenção Lei nº 10.833 a recuperar	6.234	189
Total	8.244	249

6. Partes relacionadas

Ativo	2021	2020 (não auditado)
Imunotick Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico S.A. (I)	1.000.000	-
FIT Comércio e Indústria de Equipamentos S.A. (II)	500.000	-
Buzz Fly P&D em Alimentação Animal S.A. (III)	700.000	-
Biotick Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico S.A. (II)	-	535.000
Contas a receber sócios	-	980.000
Total	2.200.000	1.515.000

Passivo

	2021	2020 (não auditado)
Biotick Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico S.A. (I)	6.000.000	-
AMN Participações S.A. (II)	-	600.000
O.S. Participações S.A. (II)	-	600.000
Marcos Antonio Molina dos Santos (II)	-	600.000
Outros	-	1.750.000
Total	6.000.000	3.550.000

(I) A Companhia mantém mútuos contraídos junto a partes relacionadas, sendo que os saldos não possuem atualizações; e (II) Contrato de mútuo entre as empresas, com vencimento em 30/09/2025 acrescido de juros de 3% anual (IPCA/IBGE) dividido em 24 parcelas.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 22/12/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Athena Saúde Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 31.701.408/0001-14 – NIRE 35.300.522.681
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 27 de dezembro de 2022

O Conselho de Administração da Athena Saúde Brasil S.A. ("Companhia") vem pela presente, nos termos do Artigo 124 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da Athena Saúde Brasil S.A. ("Companhia"), para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 27 de dezembro de 2022, às 18h00, de modo exclusivamente digital, por meio do seguinte link [https://teams.microsoft.com/j/1/meetup-join/19%3ameeting_MjFiNjFhZjct-N2MOM00YmXk4ZWlMGJjOTM1NTgyMGM2%40thread.v2?0?context=%7b%22id%22%3a%222973d-794f22482c-88fa-5ccbcb2c458c%22%2c%22oid%22%3a%22c7f1c1d2-4041-4582-a000-2c29780f8de-c%22%7d] do aplicativo de videoconferência Microsoft Teams, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN-DREI/81"), nos termos do Artigo 124, § 2º, da Lei das S.A., para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a renúncia de membro do Conselho de Administração da Companhia; **(ii)** a eleição de novos membros para compor o Conselho de Administração da Companhia; e **(iii)** a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas. Nos termos do Artigo 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, ao Departamento de Relacionamento com Investidores - ri@athensaude.com.br, no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro representante acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do Artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no Artigo 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no Artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo, 19 de dezembro de 2022. **Ricardo Leonel Scavazza** – Presidente do Conselho de Administração.

Madasi Participações S.A.

CNPJ/MF nº 15.046.475/0001-96 – NIRE 35.300.417.453
Certidão da Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: 02 de agosto de 2022, às 14:00 horas, na sede social da sociedade situada em São Paulo-SP, na Rua Seráfico de Assis Carvalho, nº 103, apto. 41, Jardim Leonor, São Paulo-SP, CEP: 05614-040. **Quórum de Instalação:** a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Composição da Mesa Diretora dos Trabalhos:** Keila Malvezzi da Silva, presidente da reunião e Karol Malvezzi da Silva, secretária. **Ordem do Dia:** Eleição da Diretoria. **Deliberação:** Colocado em votação o item único da ordem do dia, foi eleito, com mandato de 3 (três) anos, para o período de 2022 a 2025, ratificando-se todos os atos anteriormente praticados até a presente data, a diretoria da sociedade composta por: **Diretoria Presidente** Keila Malvezzi da Silva, brasileira, solteira, maior, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 28.365.637-2 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 320.559.168-23 e, como **Diretores**, Karol Malvezzi da Silva, brasileira, solteira, maior, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 28.365.639-6 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 220.050.178-17; e **Rodrigo Malvezzi da Silva**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 28.365.638-4 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 221.862.938-03, todos domiciliados na Rua Seráfico de Assis Carvalho, nº 103, Jardim Leonor, São Paulo-SP, CEP: 05614-040. **Observações Finais:** **1)** As deliberações foram tomadas por unanimidade de votos. **2)** Os eleitos declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer atividade mercantil. Ato contínuo, assinam o Termo de Posse lavrado no Livro de Registro de Atas da Sociedade, nos termos do artigo 149 da Lei 6.404 de 15/12/1976. **3) Encerramento:** Esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Conselheiros presentes:** a totalidade de conselheiros da companhia, de acordo com as assinaturas lançadas no livro de Registro de Presença. Na qualidade de Secretária da Reunião, declaro que a presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. (ass.) Keila Malvezzi da Silva – Presidente da Reunião; Karol Malvezzi da Silva – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob nº 683.692/22-7 em 05/12/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Hergera Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 16.606.789/0001-69 – NIRE 35.300.441.842
Certidão da Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: 02 de agosto de 2022, às 17:00 horas, na sede social da sociedade situada em São Caetano do Sul-SP, na Rua Tocantins, nº 290, Vila Gerty, CEP: 09580-130. **Quórum de Instalação:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Composição da Mesa Diretora dos Trabalhos:** Luciene Fernandes da Silva, presidente da reunião e Laryssa Girão Romera da Silva, secretária. **Ordem do Dia:** Eleição da Diretoria. **Deliberação:** colocada em votação a matéria única da ordem do dia, foi eleito, com mandato de 3 (três) anos, para o período de 2022 a 2025, ratificando-se todos os atos anteriormente praticados até a presente data, a diretoria da sociedade composta por: **Diretora Presidente:** Luciene Fernandes da Silva, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 25.343.150-5 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 278.046.638-38, e como **Diretora:** Laryssa Girão Romera da Silva, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 28.468.526-4 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 353.579.998-80, ambas domiciliadas na Rua Tocantins, nº 290, bairro Vila Gerty, São Caetano do Sul-SP, CEP: 09580-130. **Declaração de Desimpedimento e Posse:** As diretoras ora eleitas foram declaradas, desde logo, empossadas, após o cumprimento das formalidades legais, tendo declarado, sob as penas da lei, que não foram condenadas por crime cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargo público; ou por crime falimentar; de prevaricação; peita ou suborno; concussão; peculato; ou contra a economia popular; contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa de concorrência; contra as relações de consumo; a fé pública ou a propriedade. **Observações Finais:** **1)** As deliberações foram tomadas por unanimidade de votos. **2)** As diretoras eleitas assinam o Termo de Posse, lavrado nos termos do artigo 149 da Lei 6.404 de 15/12/1976. **3) Encerramento:** esgotada a matéria única da ordem do dia e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Conselheiros presentes:** a totalidade de conselheiros da companhia, de acordo com as assinaturas lançadas no livro de Registro de Presença. Na qualidade de secretária da reunião, declaro que a presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Luciene Fernandes da Silva – Presidente da Reunião; Laryssa Girão Romera da Silva – Secretária. JUCESP. Certifico o registro sob nº 645.007/22-5 em 03/11/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Hergera Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 16.606.789/0001-69 – NIRE 35.300.441.842
Certidão da Ata de Assembleia Geral Ordinária

Data, hora e local: 02 de agosto de 2022, às onze horas, na sede da companhia, situada na Rua Tocantins, nº 290, bairro Vila Gerty, Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, CEP: 09580-130. **Edital de Convocação com Aviso aos Acionistas:** dispensada a convocação pela imprensa, na forma do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. **Quórum de Instalação:** presentes os acionistas detentores da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no livro de Registro de Presença de Acionistas. **Composição da mesa:** Luciene Fernandes da Silva, como presidente da assembleia e Veronika Crystine Girão Romera da Silva, como secretária. **Ordem do dia:** **a)** Exame, discussão e votação do relatório da administração, balanço patrimonial e demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31/12/2020; **b)** Outros assuntos de interesse da Sociedade. **Deliberações:** colocada em votação a matéria constante do item "a" da ordem do dia, foram aprovados, sem restrições, o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referentes ao exercício findo em 31/12/2020, publicados no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no "Data Mercantil" na edição de 20/05/2021. Passando ao item "b" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da Lei 6.404/76. **Observações Finais:** **1) Quórum das deliberações:** aprovado por unanimidade de votos dos acionistas presentes; **2) Arquivamento:** ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados; **3) Encerramento:** esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a qual foi lida e achada conforme por todos os presentes. **Acionistas presentes:** a totalidade de acionistas da companhia, de acordo com as assinaturas lançadas no livro de Registro de Presença de Acionistas. Na qualidade de Secretária da Assembleia declaro que a presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Luciene Fernandes da Silva – Presidente da Assembleia; Laryssa Girão Romera da Silva – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob nº 633.731/22-5 em 26/10/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Hergera Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 16.606.789/0001-69 – NIRE 35.300.441.842
Certidão da Ata de Assembleia Geral Ordinária

Data, hora e local: 02 de agosto de 2022, às quinze horas, na sede da companhia situada na Rua Tocantins, nº 290, bairro Vila Gerty, São Caetano do Sul-SP, CEP: 09580-130. **Edital de Convocação com Aviso aos Acionistas:** dispensada a convocação pela imprensa, na forma do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. **Quórum de Instalação:** presentes dos acionistas detentores da totalidade das ações representativas do capital social da companhia, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no livro de Registro de Presença de Acionistas. **Composição da mesa:** Luciene Fernandes da Silva, como presidente da assembleia e Laryssa Girão Romera da Silva, como secretária. **Ordem do dia:** **a)** Exame, discussão e votação do relatório da administração, balanço patrimonial e demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31/12/2021; **b)** Eleição do Conselho de Administração; **c)** Outros assuntos de interesse da sociedade. **Deliberações:** colocada em votação a matéria constante do item "a" da ordem do dia, foram aprovados, sem restrições, o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31/12/2021, publicado de forma eletrônica conforme SPED enviado em 18/05/2022, recibo nº EE.F2.33.9B.DE.12.A8.E9.DC.8C.9C.B0.65.1B.23.AC.AF.CF.1D.298. Passando ao item "b" da ordem do dia, foi eleito, neste ato, o Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, para o período de 2022 a 2025, ratificando-se todos os atos anteriormente praticados até a presente data, composto por: **Presidente do Conselho** Luciene Fernandes da Silva, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 25.343.150-5 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 278.046.638-38; e como **Conselheiros:** Laryssa Girão Romera da Silva, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 28.468.526-4 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 353.579.998-80; e **Geraldo José da Silva Neto**, brasileiro, solteiro, estudante, portador da cédula de identidade RG nº 37.324.299-2 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 446.232.588-58, todos domiciliados na Rua Tocantins, nº 290, bairro Vila Gerty, São Caetano do Sul-SP, CEP: 09580-130. **Declaração de Desimpedimento e Posse:** Os conselheiros ora eleitos foram declarados, desde logo, empossados, após o cumprimento das formalidades legais, tendo declarado, sob as penas da lei, que não foram condenados por crime cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargo público; ou por crime falimentar; de prevaricação; peita ou suborno; concussão; peculato; ou contra a economia popular; contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa de concorrência; contra as relações de consumo; a fé pública ou a propriedade. Passando ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da Lei 6.404/76. **Observações Finais:** **1) Quórum das deliberações:** aprovado por unanimidade de votos dos acionistas presentes; **2) Arquivamento:** ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados; **3) Encerramento:** esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Acionistas presentes:** a totalidade de acionistas da companhia, de acordo com as assinaturas lançadas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. Na qualidade de secretária da assembleia, declaro que a presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Luciene Fernandes da Silva – Presidente da Assembleia; Laryssa Girão Romera da Silva – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob nº 660.888/22-1 em 18/11/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Pargom Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 15.294.585/0001-77 – NIRE 35.300.436.172
Certidão da Ata de Assembleia Geral Ordinária

Data, hora e local: 02 de agosto de 2022, às 11h00 (onze horas), na sede da companhia, situada na Av. João Dória, nº 3859, Nova Capivari, Campos do Jordão-SP, CEP: 12460-000. **Edital de Convocação e Presença:** dispensada a convocação pela imprensa, na forma do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. **Quórum de Instalação:** presentes os acionistas detentores da totalidade das ações representativas do capital social, conforme assinaturas apostas no livro de presença de acionistas. **Composição da mesa:** Sheyla da Silva Gomes Augusto, como Presidente e Márcia da Silva Gomes, como Secretária. **Ordem do dia:** **a)** Exame, discussão e votação do relatório da administração, balanço patrimonial e demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31/12/2021; **b)** Eleição da Diretoria; **c)** Outros assuntos de interesse da Sociedade. **Deliberações:** colocada em votação a matéria constante do item "a" da ordem do dia, foram aprovados, sem restrições, o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31/12/2021, publicado de forma eletrônica conforme SPED enviado em 18/05/2022, recibo nº 31.7E.3B.24.69.7B.25.49.62.15.2D.C6.FC.3F.06.6B.9A.16.DD.BE.0. Passando ao item "b" da ordem do dia, foi reeleita, neste ato, com mandato de 2 (dois) anos, contados desta data, para o período de 2022 a 2024, ratificando-se todos os atos anteriormente praticados até a presente data, a diretoria da sociedade composta por: **Diretora Presidente:** Sheyla da Silva Gomes Augusto, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 21.417.900-X SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 246.791.838-61, e como **Diretora:** Márcia da Silva Gomes, brasileira, solteira, maior, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 15.245.389-1 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 090.892.328-77, ambas domiciliadas na Av. João Dória, nº 3859, Nova Capivari, Campos do Jordão-SP, CEP: 12460-000. **Declaração de Desimpedimento e Posse:** As Diretoras ora eleitas foram declaradas, desde logo, empossadas após o cumprimento das formalidades legais, tendo declarado, sob as penas da lei, que não foram condenadas por crime cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargo público; ou por crime falimentar; de prevaricação; peita ou suborno; concussão; peculato; ou contra a economia popular; contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa de concorrência; contra as relações de consumo; a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da Lei 6.404/76. **Observações Finais:** **1) Quórum das deliberações:** aprovado por unanimidade de votos dos acionistas presentes; **2) Arquivamento:** ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados; **3) Encerramento:** esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Acionistas presentes:** a totalidade de acionistas da companhia, de acordo com as assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. Na qualidade de Secretária da Assembleia declaro que a presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Ass.: Sheyla da Silva Gomes Augusto – Presidente da Assembleia; Márcia da Silva Gomes – Secretária. JUCESP – Registrado sob nº 673.844/22-5 em 29/11/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 08 horas do dia 29 de dezembro de 2022, na sede da Companhia localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** deliberação acerca de proposta de contratação de empréstimo junto ao Banco do Brasil, no valor de até USD 18.500.000,00 (dezoito milhões e quinhentos mil dólares americanos). Ribeirão Pires, 21 de dezembro de 2022. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Diretor Presidente; **Sandro Moraes Nogueira** – Diretor Administrativo e Financeiro. (21, 22 e 23/12/2022)

Documento assinado e certificado digitalmente
 Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 22/12/2022



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Pargom Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 15.294.585/0001-77 – NIRE 35.300.436.172
Certidão de Ata de Assembleia Geral Ordinária

Data, hora e local: 02 de agosto 2022, às 9h00 (nove horas), na sede da Companhia, situada na Av. João Dória, nº 3859, bairro Nova Capivari, Município de Campos do Jordão, Estado de São Paulo, CEP: 12460-000.
Edital de Convocação e Presença: dispensada a convocação pela imprensa, na forma do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. **Quórum de Instalação:** presentes os acionistas detentores da totalidade das ações representativas do capital social, conforme assinaturas apostas no livro de presença de acionistas. **Composição da mesa:** Sheyla da Silva Gomes Augusto, como Presidente e Márcia da Silva Gomes, como Secretária. **Ordem do dia:** a) Exame, discussão e votação do relatório da administração, balanço patrimonial e demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2020; b) Outros assuntos de interesse da Sociedade. **Deliberações:** colocada em votação a matéria constante do item a da ordem do dia, foram aprovados, sem restrições, o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31/12/2020, publicado no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no "Data Mercantil" na edição de 15/05/2021. Por fim, passando ao item b da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da Lei 6.404/76. **Observações Finais:** 1) **Quórum das deliberações:** aprovado por unanimidade de votos dos Acionistas presentes; 2) **Arquivamento:** ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados; 3) **Encerramento:** esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a qual foi lida e achada conforme por todos os presentes. **Acionistas presentes:** a totalidade de acionistas da companhia, de acordo com as assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. Na qualidade de Secretária da Assembleia declaro que a presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Ass.: Sheyla da Silva Gomes Augusto – Presidente da Assembleia; Márcia da Silva Gomes – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 645.937/22-8 em 07/11/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Madasi Participações S.A.

CNPJ/MF nº 15.046.475/0001-96 – NIRE 35.300.417.453
Certidão de Ata de Assembleia Geral Ordinária

Data, Hora e Local: 02 de agosto de 2022, às onze horas, na sede da companhia, situada na Rua Seráfico de Assis Carvalho, nº 103, apto. 41, Jardim Leonor, São Paulo-SP, CEP: 05614-040. **Edital de Convocação com Aviso aos Acionistas:** dispensada a convocação pela imprensa, na forma do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. **Quórum de Instalação:** presentes dos acionistas detentores da totalidade das ações representativas do capital social da companhia, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no livro de Registro de Presença. **Composição da Mesa:** Keila Malvezzi da Silva, como presidente da assembleia e Karol Malvezzi da Silva, como secretária. **Ordem do Dia:** a) Exame, discussão e votação do relatório da administração, balanço patrimonial e demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31/12/2021; b) Eleição do Conselho de Administração; c) Outros assuntos de interesse da Sociedade. **Deliberações:** colocada em votação a matéria constante do item "a" da ordem do dia, foram aprovados, sem restrições, o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31/12/2021, publicado de forma eletrônica, conforme SPED enviado em 18/05/2022, recibo nº 04.AA.40.07.E2.C8.E3.CD.24.7D.25.47.A9.4A.DE.A4.3C.4C.51.71-0. Passando ao item "b" da ordem do dia, foi reeleito, neste ato, o Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, contados para o período de 2022 a 2025, ratificando-se todos os atos anteriormente praticados até a presente data, composto por: Presidente do Conselho Keila Malvezzi da Silva, brasileira, solteira, maior, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 28.365.637-2 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 320.559.168-23, residente e domiciliada na Rua José Maria Lisboa, nº 1221, apto. 111, Jardim Paulista, São Paulo-SP, CEP: 01423-003, e como Conselheiros: Karol Malvezzi da Silva, brasileira, solteira, maior, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 28.365.639-6 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 220.050.178-17; Rodrigo Malvezzi da Silva, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 28.365.638-4 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 221.862.938-03, e Francisco Malvezzi da Silva, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 35.114.259-9 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 347.151.098-24, todos domiciliados na Rua Seráfico de Assis Carvalho, nº 103, Jardim Leonor, São Paulo-SP, CEP: 05614-040. Os Conselheiros ora eleitos foram declarados, desde logo, empossados, após o cumprimento das formalidades legais, tendo declarado, sob as penas da lei, que não foram condenados por crime cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargo público; ou por crime falimentar; de prevaricação; peita ou suborno; concussão; peculato; ou contra a economia popular; contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa de concorrência; contra as relações de consumo; a fé pública ou a propriedade. Passando ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da Lei 6.404/76. **Observações Finais:** 1) **Quórum das Deliberações:** aprovado por unanimidade de votos dos Acionistas presentes; 2) **Arquivamento:** ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados; 3) **Encerramento:** esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Acionistas presentes:** a totalidade de acionistas da companhia, de acordo com as assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. (ass.) Keila Malvezzi da Silva – Presidente da Assembleia; Karol Malvezzi da Silva – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 689.181/22-0 em 13/12/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Tekno S/A – Indústria e Comércio

CNPJ/ME nº 33.467.572/0001-34

Fato Relevante

Tekno S/A – Indústria e Comércio ("Tekno"), em atendimento ao disposto no artigo 157, § 4º, da Lei 6.404/76, e na Instrução CVM nº 358/2002, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral, que o Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 21 de dezembro de 2022, após análise do realinhamento estratégico de sua controlada Alukroma Indústria e Comércio Ltda. ("Alukroma"), aprovou a alienação de parte de seus equipamentos e maquinários destinados à fabricação de painéis compostos de alumínio – conhecidos como "painéis ACM" –, bem como o arrendamento do imóvel onde está localizada a sua planta industrial ("Transação"). A Tekno manterá todos os direitos relativos à propriedade intelectual registrados em nome da Alukroma, incluindo as suas marcas. A celebração dos respectivos instrumentos contratuais depende de diligências de conferência e inventário dos bens e direitos envolvidos na negociação. A Tekno honrará os compromissos com os seus clientes, e manterá os seus acionistas e o mercado informados sobre a finalização da Transação. São Paulo, 21 de dezembro de 2022.

José Maria de Campos Maia Netto – Diretor de Relações com Investidores

PASAMA PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 60.540.499/0001-51 - NIRE nº 35.300.314.557

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA AOS 17 DE NOVEMBRO DE 2022
Data, Hora e Local: 17/11/2022, às 10h, na sede social em São Paulo - SP, na Rua Bandeira Paulista, nº 477, 5º andar, Itaim Bibi; **Presença:** acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro próprio, dispensada, em consequência, a publicação de editais de convocação, nos termos do art. 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404/76; **Mesa:** Otávio Maluf, presidente; Flavio Maluf, secretário. **Ordem do Dia:** deliberar sobre: (i) a lavratura da ata desta assembleia geral extraordinária na forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei 6.404/76; (ii) alteração do estatuto social para: aumentar de 02 para 03 o número máximo de Diretores; criar o cargo de Diretor de Investimentos e especificar os poderes da Diretoria, inclusive acrescentando previsão específica sobre a representação da Cia em sociedades investidas; modificar a redação dos artigos correspondentes a tais assuntos, especialmente os artigos 17 e 22 do Estatuto (Anexo I); (iii) recomposição da Diretoria em razão das alterações propostas para a Diretoria, nomeando um Diretor de Investimentos e dois Diretores sem designação específica; (iv) autorização para a Diretoria praticar todos os atos necessários à formalização das deliberações que forem aprovadas. **Deliberações:** os acionistas, por unanimidade, deliberaram o seguinte: (i) aprovaram a lavratura da presente ata de forma sumária, conforme permissivo do art. 130, §1º, da Lei 6.404/76; (ii) aprovaram a alteração do estatuto social para o fim de aumentar de 02 para 03 o número máximo de Diretores, criar o cargo de Diretor de Investimentos, especificar os poderes da Diretoria, inclusive acrescentando previsão específica sobre a representação da Cia em sociedades investidas, e modificar a redação dos artigos 17 e 22 do Estatuto Social, para que passem a ter a seguinte redação: "Art. 17. A Diretoria da Cia será composta por 02 a 03 membros, sendo um Diretor de Investimentos e os demais diretores sem designação específica." "Art. 22. Além das atribuições normais inerentes aos cargos de diretor, compete à Diretoria deliberar sobre a instalação, transferência ou extinção de filiais ou estabelecimentos de quaisquer espécies, no País ou no exterior. § único. Compete ao Diretor de Investimentos, isoladamente, a representação da Cia nas deliberações e atos societários das sociedades das quais ela seja sócia ou acionista, em especial em reuniões, assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias de sociedades das quais ela seja quotista ou acionista, e na votação de quaisquer matérias em reuniões, assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias de sociedades das quais a Companhia seja acionista, em especial a respeito de deliberações sobre demonstrações, resultados financeiros e balanços patrimoniais, podendo, para tanto, nomear procurador para representar a Companhia nestes atos. Para os demais atos não previstos especificamente neste parágrafo único, a competência será de qualquer Diretor isoladamente."; em seguida, aprovaram a nova redação do Estatuto Social, conforme Anexo I; (iii) na sequência, por unanimidade e nos termos do art. 17 do Estatuto Social da Companhia, elegeram, para compor a Diretoria juntamente com os Diretores Otávio Maluf eleito em 30/07/2020 e Flavio Maluf eleito em 30/11/2020 e que permanecerão nos cargos até a AGO do ano de 2023, o Sr. Fábio Torres Maluf, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 36000001-0, inscrito no CPF/ME sob nº 230.953.128-65, residente e domiciliado na Rua Jacques Felix nº 450, apto. 181, Torre B, Jardim Paulista, São Paulo - SP, para o cargo de Diretor de Investimentos (termo de posse Anexo II), sendo que os seus respectivos mandatos terão validade até a AGO do ano de 2023; (iv) autorizaram a Diretoria a praticar todos os atos necessários à formalização das deliberações ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e por todos os presentes assinada. **Acionistas Presentes:** (i.) Paulo Salim Maluf, representado por sua procuradora Sylvia Lutfalla Maluf; (ii.) Sylvia Lutfalla Maluf; (iii.) Otávio Maluf; (iv.) Flavio Maluf; (v.) Lígia Maluf Curi, representada por seu procurador Flavio Maluf; (vi.) e Minuanos Participações Ltda., representada por seu representante legal Flavio Maluf. São Paulo, 17 de Novembro de 2022. Otávio Maluf - Presidente, Flavio Maluf - Secretário, Paulo Salim Maluf, Sylvia Lutfalla Maluf, Flavio Maluf, Otávio Maluf, Lígia Maluf Curi, Minuanos Participações Ltda. Jucesp sob o n. 689.654/22-4 em 14/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Ufinet Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 06.288.154/0001-07 NIRE 35.3.00535138

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: 02 de dezembro de 2022, às 10:00 horas, via videoconferência e também na sede da Ufinet Brasil S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.288.154/0001-07, com sede no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia nº 3.972, 1º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-000 ("Companhia"), com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35.3.00535138, em sessão de 26 de abril de 2019 ("Estatuto Social"), conforme alterado. **Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação nos termos do artigo 11º, §1º, do Estatuto Social e do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por videoconferência, em formato digital, e para todos os fins legais realizada na sede social Companhia, consoante com a seção VIII, do Anexo V da Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração ("DRE") nº 81, de 10 de junho de 2020. **Mesa:** Sr. Iñigo García del Cerro Prieto, Presidente; Sr. Francisco Javier Lacasa Fuertes, Secretário. **Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a reeleição dos diretores da Companhia; e (ii) a autorização dos membros da Diretoria a prática de todos os atos necessários ao perfeito cumprimento das deliberações acima, conforme aprovadas. **Deliberações:** após exame e discussão da matéria prevista na ordem do dia, foi deliberado, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições: (i) Aprovar a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia, para um mandato de 1 (um) ano contado a partir da presente data, sendo permitida a reeleição: a) **Álvaro Luiz Melges Britto**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº 43.477.613-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 334.496.208-60, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo/SP, com endereço comercial na Alameda Araguaia, 3.972, 1º andar, Alphaville Industrial, Barueri/SP, CEP 06455-000, para o cargo de Diretor Executivo; e b) **Eduardo Rosenberg**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 25.271.521-4, inscrito no CPF/ME nº 271.145.258-18, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo/SP, com endereço comercial na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3.972, 10 andar, Alphaville Industrial, Barueri/SP, CEP 06455-000, para o cargo de Diretor Financeiro. (ii) Os diretores eleitos foram empossados em seus cargos nessa data, mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, arquivados na sede social da Companhia e anexos à presente Ata, por meio dos quais declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer cargo na Diretoria da Companhia, e nem foram condenados ou estão sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, tudo conforme artigo 147, da Lei 6.404/76; (iii) Fica desde já autorizado aos membros da Diretoria da Companhia, a prática de todos os atos necessários ao perfeito cumprimento das deliberações expressas acima. **Encerramento:** em cumprimento à nota III "c" do item 4, seção VIII, do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, o Presidente e o Secretário declaram que atenderam aos requisitos para a realização da reunião digital. Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos, do qual se lavrou a presente Ata que, lida e entendida conforme, foi assinada, por meio eletrônico (sendo as assinaturas consideradas válidas, nos termos do artigo 10, §2º da MP nº 2.200-2/2001 e artigo 36, I, da Instrução Normativa DREI nº 81/2020), pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário abaixo indicados, bem como pelos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia presentes: Inigo García del Cerro Prieto; Francisco Javier Lacasa Fuertes; Antonio Molina Franqueiro; Wagner Kato Rapchan; e Álvaro Luiz Melges Britto. A presente Ata é uma certidão extraída da ata original lavrada e transcrita no livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Sr. Iñigo García del Cerro Prieto, Presidente; Sr. Francisco Javier Lacasa Fuertes, Secretário. JUCESP nº 691.204/22-6 em 16/12/22. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 22/12/2022

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

